

GUIÃO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E CIDADÃOS NO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS

Encomendado por:

MECANISMO DE APOIO A SOCIEDADE CIVIL

Elaborado por:

MAP CONSULTORIA Lda

Maputo, Agosto de 2014

**Titulo: GUIÃO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E CIDADÃOS NO
FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS**

Autor: Celso Monjane

Apoio: Padil Salimo

Coordenação: José Macuane

Agradecimentos

A MAP Consultoria Lda, endereça o seu profundo agradecimento ao MASC pela escolha para a concepção do presente guião de consulta e participação da sociedade civil e cidadãos no funcionamento dos conselhos consultivos locais. Um especial agradecimento ao Ministério da Administração Estatal, e a todas as pessoas contactadas para a consulta de informações e partilha de experiências sobre os conselhos consultivos locais.

Abreviaturas

CC	Comité Comunitário
CCL	Conselho Consultivo Local
CL	Conselho Local
DANIDA	Agência Dinamarquesa Desenvolvimento Internacional
DFID	Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional
FC	Fundo Comunitário
FL	Fórum Local
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
MASC	Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
OCB	Organização de Base Comunitária
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

Índice

ABREVIATURAS	4
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 CONTEXTO DO GUIÃO	7
1.2 OBJECTIVOS DO GUIÃO	8
1.3 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO.....	8
2. COMO COMPREENDER A CONSULTA COMUNITÁRIA, MONITORIA E ADVOGACIA?	10
2.1 O QUE É UMA COMUNIDADE LOCAL?.....	10
2.2 COMO ESTÃO ORGANIZADAS AS COMUNIDADES LOCAIS NO PAÍS?	10
2.2.1 <i>Conselhos Locais</i>	10
2.2.2 <i>Fóruns Locais</i>	11
2.2.3 <i>Comités Comunitários</i>	11
2.2.4 <i>Fundos Comunitários</i>	11
2.3 O QUE SIGNIFICA CONSULTAR?	11
2.4 O QUE É CONSULTA COMUNITÁRIA?	11
2.5 QUAL É A RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E CONSULTA COMUNITÁRIA? ..	11
2.6 QUAL É A IMPORTÂNCIA DA CONSULTA COMUNITÁRIA?	12
2.7 COMO É FEITA A CONSULTA COMUNITÁRIA?	13
2.8 O QUE É ADVOGACIA?.....	13
3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS	14
3.1 QUAL É A FORMA DE DESIGNAÇÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS?	14
3.2 QUAIS SÃO OS PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS? ..	14
3.3 QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS FUNÇÕES E TAREFAS DOS CONSELHOS CONSULTIVOS?	15
3.3.1 <i>Funções dos Conselhos Consultivos</i>	15
3.3.1 <i>Tarefas dos Conselhos Consultivos</i>	15
3.4 QUANTAS VEZES POR ANO SE REÚNEM OS CONSELHOS CONSULTIVOS?	16
3.5 EM QUE MESES DO ANO SE REÚNEM OS CONSELHOS CONSULTIVOS?	16
3.5.1 <i>Sessões do Conselho Consultivo Distrital</i>	16
3.5.2 <i>Sessões dos Conselhos Consultivos de Posto Administrativo, de Localidade e de Povoação</i>	17
3.6 QUE ESTRATÉGIAS DE TRABALHO PODEM SER ADOPTADAS PELOS CCLs	18
3.7 QUEM DEVE ARCAR COM AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS?	18
3.8 DE QUE FORMA OS CONSELHOS CONSULTIVOS DEVEM PRESTAR CONTAS ÀS COMUNIDADES?	18
4. ESCOLHA DOS MEMBROS E CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS	20
4.1 QUEM DEVE ESCOLHER OS MEMBROS DOS CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS?	20
4.2 COMO É QUE SÃO ESCOLHIDOS OS MEMBROS DOS CCLs?	20
4.2.1 <i>Escolha dos membros do Conselho Consultivo do Distrito</i>	20
4.2.2 <i>Escolha dos membros do Conselho Consultivo do Posto Administrativo</i>	21
4.2.3 <i>Escolha dos membros do Conselho Consultivo Localidade</i>	21
4.2.4 <i>Escolha dos membros do Conselho Consultivo de Povoação</i>	21
4.3 QUANTOS MEMBROS DEVE TER UM CONSELHO CONSULTIVO?	22
4.4 QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DOS CCLs?	22
4.4.1 <i>Direitos dos membros dos CCL's</i>	22

4.4.2 Deveres dos CCLs.....	22
5. O QUE A SOCIEDADE CIVIL E CIDADÃOS PODEM FAZER PARA FORTALECER OS CONSELHOS LOCAIS E MELHORAR SUA PARTICIPAÇÃO NA MONITORIA E ADVOCACIA.....	24
5.1. APOIO DA SOCIEDADE CIVIL E CIDADÃOS NO FORTALECIMENTO DOS CLS.....	24
5.2. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DOS CIDADÃOS NA MONITORIA E ADVOCACIA ATRAVÉS DOS CLS.....	24

1 INTRODUÇÃO

O Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) é um projecto financiado pelo Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Cooperação Irlandesa (Irish Aid), Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e pela Agência Dinamarquesa Desenvolvimento Internacional (DANIDA) que trabalha com vista a melhorar a governação e prestação de contas aos cidadãos moçambicanos, através do fortalecimento e diversificação do engajamento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) moçambicanas na monitoria e advocacia sobre a governação.

O estudo de Base elaborado pelo MASC em 2008 constatou que as OSC apresentavam grandes fragilidades nas áreas ligadas a monitoria e advocacia, governação interna e ferramentas de monitoria e advocacia da governação. Estas constatações foram determinantes para um melhor enquadramento das estratégias de actuação do MASC na área da governação.

O presente guião é um instrumento que tem em vista dotar as OSC e cidadãos de modo geral, de conhecimentos sobre o funcionamento dos Conselhos Consultivos Locais (CCLs) de maneira a facilitar a sua participação e a alargar as suas intervenções na área de monitoria e advocacia da governação a nível distrital.

Estão apresentados neste guião, os elementos que permitem perceber a organização, a estrutura, funções, e responsabilidades dos Conselhos Consultivos Locais, como eles funcionam, as oportunidades existentes para a participação das OSC e cidadãos de um modo geral na articulação com os Conselhos Locais por forma a estimular diálogo e contribuir na melhoria da sua influência na tomada de decisões e na melhorias na prestação de serviços às comunidades a nível dos distritos pelos governos distritais.

O guião está estruturado em cinco secções. A primeira secção, apresenta o contexto, objectivos e a metodologia usada na sua elaboração; a segunda secção, procura explicar os principais elementos sobre a participação e consulta comunitárias, as formas de organização das comunidades locais para a participação comunitária, e a importância da participação e consulta comunitária, bem como uma explicação sobre como a consulta e a participação é feita a nível distrital. A terceira secção, apresenta detalhadamente aspectos sobre funcionamento, tarefas e estratégias de trabalho, bem como formas de prestação de contas. A quarta secção, fala sobre os mecanismos de escolha dos membros dos Conselhos Consultivos Locais, número de membros e direitos e deveres que eles possuem. A quinta secção, fornece algumas bases sobre como a sociedade civil e cidadãos podem contribuir para o fortalecimento dos CCLs, bem como, as estratégias para incrementar mecanismos de monitoria e advocacia.

1.1 Contexto do guião

O processo de descentralização em curso em Moçambique desde 1997 inspirou a política de desconcentração do Governo expressa através da Lei dos órgãos Locais do Estado (LOLE) e o seu respectivo regulamento. O Decreto-lei 11/2005 que regulamenta a Lei 8/2003, no N° 1 do Artigo 100 determina que “os órgãos locais do Estado devem assegurar a participação dos cidadãos, das comunidades locais, das associações e de outras formas de organização que tenham por objecto a defesa dos seus interesses, na

formação das decisões que lhes disserem respeito”. A LOLE institucionaliza a consulta e participação das comunidades locais no processo de planificação local através dos conselhos consultivos a nível dos distritos, postos administrativos, localidade e povoação, como forma de aproximar os serviços aos cidadãos.

Contudo, a realidade é completamente diferente uma vez que os mecanismos de selecção dos membros dos Conselhos Consultivos não são transparentes e o processo de participação local através da auscultação de opiniões dos cidadãos, ainda não é efectiva. Para além disso, o MASC tem constatado que as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e os cidadãos têm um fraco domínio sobre o funcionamento dos Conselhos Consultivos, o que tem limitado o aproveitamento dos espaços, estruturas, processos de diálogo e advocacia a favor das comunidades.

Neste contexto, o presente guião serve de apoio às OSC de modo que estas obtenham um maior domínio sobre o funcionamento dos conselhos consultivos e alarguem as suas intervenções na área de monitoria e advocacia ao nível distrital.

1.2 Objectivos do guião

O presente guião tem como objectivos:

- a) Apresentar a estrutura e funcionamento dos conselhos consultivos locais;
- b) Explicar a modalidade de escolha ou indicação dos membros dos conselhos consultivos locais;
- c) Mostrar a estratégia de trabalho adoptada pelos conselhos consultivos e os mecanismos de interacção com as comunidades;
- d) Mostrar como ocorre o processo de tomada de decisão dos conselhos consultivos locais;
- e) Indicar os passos que a sociedade civil deve usar para advocacia em relação as suas necessidades.

1.3 Metodologia de elaboração

Tendo-se adoptado uma abordagem qualitativa, foram seguidas 5 etapas para a elaboração do presente guião, nomeadamente:

- a) Revisão de literatura sobre a desconcentração em Moçambique, participação dos cidadãos na governação local em Moçambique e análise da legislação que aprova e regula o funcionamento dos conselhos consultivos;
- b) Elaboração dos instrumentos de colecta de dados (guiões de entrevista) e definição do grupo-alvo das entrevistas.

- c) O processo de recolha de dados, que consistiu basicamente na realização de entrevistas semi-estruturadas. As principais fontes de informação foram: *as Organizações da Sociedade Civil (potenciais utilizadoras dos guiões); membros dos conselhos consultivos; representantes do governo distrital; representantes de instituições governamentais na promoção da cidadania e prestação de contas a nível dos distritos abrangidos; Organizações Comunitárias de Base (OCB's), actuando na área de governação; e Organizações Não-Governamentais (ONG's) ligados à capacitação dos órgãos locais;*
- d) *Análise e interpretação dos dados, que consistiu na transcrição e organização sistemática dos dados colhidos, sintetizando a informação de modo a torná-la simples, clara e adequada ao grupo-alvo;*
- e) *Elaboração do guião.*

2. COMO COMPREENDER A CONSULTA COMUNITÁRIA, MONITORIA E ADVOGACIA?

A consulta comunitária constitui um pré-requisito para a boa governação. Os governos locais que informam, consultam e prestam atenção às suas comunidades, de certo que estão a operar no campo de uma democracia saudável. De forma similar, as comunidades que estão comprometidas e participam na sua governação, podem influenciar o governo a tomar decisões a seu favor, e estarão a cumprir com o seu dever e responsabilidade cívica.

Em Moçambique os Conselhos Locais (CLs) são as instituições por meio das quais os cidadãos participam e influenciam a tomada de decisões para o desenvolvimento. Por esta via, antes de saber como estas instituições funcionam, é necessário compreender alguns aspectos relacionados, mas não limitados a: consulta comunitária, monitoria e advocacia.

2.1 O que é uma comunidade local?

A Comunidade Local é um conjunto de população que vive e interage num espaço comum ou numa determinada unidade de organização territorial que pode estar integrada num Distrito, Posto Administrativo, Localidade ou Povoação. O termo é usado para se referir a um grupo que se organiza em defesa de interesses comuns tais como: a protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, florestas, lugares de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de exploração, e etc.

A interacção entre os membros de uma comunidade local pode incluir a partilha de recursos, informação, assistência, bem como o estabelecimento de relações de troca com empresas locais e os consumidores.

2.2 Como estão organizadas as comunidades locais no país?

As comunidades locais em Moçambique estão organizadas em Conselhos Locais, Fóruns Locais, Comitês Comunitários e Fundos Comunitários.



Os Conselhos Locais, Fóruns Locais, Comitês Comunitários e os Fundos Comunitários, constituem formas de organização da comunidades no distrito.

2.2.1 Conselhos Locais

O Conselho Local (CL) é um órgão de consulta das autoridades da administração local, na busca de soluções para questões que afectam a vida das populações, o seu bem estar e o desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso.

2.2.2 Fóruns Locais

Os Fóruns Locais (FLs) são instituições da sociedade civil que tem como objectivo organizar os representantes das comunidades e dos grupos de interesses locais para permitir que eles definam as suas prioridades.

2.2.3 Comités Comunitários

Os Comités Comunitários (CCs) são formas de organização das populações para permitir que as comunidades se mobilizem na identificação e procura de soluções dos seus problemas, podendo encaminhar outras preocupações às estruturas pertinentes do sector público. Estes Comités podem ser constituídos para realizar a gestão da terra, água e outros recursos naturais, das escolas, dos postos saúde e outras instituições de natureza não lucrativa de âmbito local. Está regulamentado que todos os comités existentes devem indicar um representante para participar das sessões dos conselhos consultivos locais.

2.2.4 Fundos Comunitários

Os Fundos Comunitários (FCs) são iniciativas que as comunidades podem estabelecer para criar fundos de desenvolvimento para atender ou responder a interesses próprios das comunidades. Estes fundos podem ser financiados por entidades nacionais e estrangeiras, mas podem também vir das contribuições dos membros da comunidade.

2.3 O que significa consultar?

A consulta é o processo de busca de informação e aconselhamento por parte do Governo aos membros da comunidade sobre determinados assuntos antes da decisão ser tomada. Quando se consulta não quer dizer que decisão que vai ser tomada é conjunta. O Governo pode decidir, mesmo depois da consulta, que não vão corresponder aquilo que comunidades esperavam. Mas é certo que o acto de consulta é uma oportunidade para influenciar decisões.

2.4 O que é consulta comunitária?

O termo “consulta comunitária” cobre uma vasta gama de actividades que o governo usa para envolver os membros da comunidade no processo de tomada de decisão. Neste processo, incluem-se as pessoas residentes, não residentes, donos de negócios, e as diversas partes interessadas nos diversos assuntos de uma determinada comunidade.



A consulta comunitária é o meio através do qual os governos locais informam-se sobre as opiniões das suas comunidades antes de tomarem uma determinada decisão.

2.5 Qual é a relação entre a participação comunitária e consulta comunitária?

A participação comunitária é uma forma de envolvimento das pessoas, com necessidades e objectivos semelhantes ou não, em decisões que afectam suas vidas. A participação comunitária engloba várias formas de envolvimento da comunidade na

governança. Dentre as várias formas de participação comunitárias, a consulta comunitária é apenas uma dessas formas.



A consulta comunitária é uma forma de participação na governança local.

2.6 Qual é a importância da consulta comunitária?

A consulta comunitária permite o governo governar melhor e as comunidades a estarem mais envolvidas nas decisões que afectam as suas vidas. Cidadãos activos e envolvidos nos processos de tomada de decisões podem tornar as decisões mais justas e mais transparentes.

A boa governança é alcançada quando os governos locais são sensíveis às necessidades e expectativas das comunidades e quando as comunidades estão envolvidas e a participar nas actividades do governo local.



A consulta comunitária é um aspecto chave para promover o envolvimento da comunidade. E o envolvimento da comunidade é um pré-requisito para a boa governança.

Assim, a consulta comunitária é benéfica porque:

- ✓ Permite a identificação conjunta de problemas e das melhores soluções;
- ✓ Abre espaço para maior diálogo entre as comunidades e os representantes do Estado a nível local;
- ✓ Favorece a participação no processo de desenvolvimento local.

Porque é importante envolver a comunidade na tomada de decisões?

Exemplo 1: Tomada de decisão sem consulta à comunidade

A comunidade de Nacopa foi contemplada por uma ONG para abertura de um furo de água. Quando as máquinas chegaram os técnicos fizeram o estudo para localizar áreas que podiam ter água e o furo foi aberto num local apropriado mas a comunidade não foi envolvida. Mesmo com carência de água naquela comunidade, a comunidade não se mostrou alegre e ninguém bebe a água do furo.

Exemplo 2: Tomada de decisão com consulta à comunidade

No caso da comunidade de Mavilica que também foi contemplada com o furo de água, os técnicos primeiro se dirigiram ao Régulo e perante a grande responsabilidade, ele não deu resposta sozinho, foi ter com o Presidente do Conselho Local que convocou os membros para tratar do assunto. Assim, após apresentação da proposta de abertura de furo de água, foi solicitado aos membros do Conselho Local para identificarem os locais onde se podia abrir o furo de água. Um comité de água foi responsabilizado para acompanhar o trabalho dos técnicos. A comunidade de Mavilica, hoje toma conta e utiliza a água daquele furo para as suas necessidades.

2.7 Como é feita a consulta comunitária?

A consulta comunitária é feita através dos Conselhos Locais nos diferentes níveis, nomeadamente:

- Ao nível do Distrito;
- Ao nível do Posto Administrativo;
- Ao nível da Localidade;
- Ao nível da Povoação.

2.8 O que é advocacia?

A advocacia é uma forma pacífica de influenciar decisões sobre um determinado assunto de interesse das comunidades ou de grupos específicos. A advocacia pode estar orientada para influenciar decisões em relação a uma lei, uma política, um programa, orçamento ou uma decisão com impacto na vida das populações.

A advocacia algumas vezes implica estabelecer alianças entre organizações a vários níveis, por exemplo, quando as Organizações da Sociedade Civil se unem para defenderem um certo assunto ou para influenciarem na aprovação de uma lei.



A advocacia usa o espaço público e usa instrumentos tais como: reuniões públicas, debates (que podem ser, em conferências, via rádio ou televisão), artigos e panfletos.

Nota sobre alguns aspectos importantes a conhecer nesta secção do guião:

.O que fica como mensagem importante nesta secção, é que a consulta comunitária é um princípio com cobertura legal, e é uma forma de envolvimento e de participação na governação local. É obrigação do governo que nas suas decisões sobre o que escolhe fazer com vista ao desenvolvimento social e económico a nível local, a consulta as comunidades é obrigatória. Sendo assim, a sociedade civil e os cidadãos têm a oportunidade de usar dos mecanismos existentes de consulta comunitária para influenciar decisões e mudanças.

Para que as comunidades possam participar nas consultas com o governo, elas precisam de estar organizadas de alguma forma. E nesse sentido, existem formas de organização das comunidades locais. Essas formas de organização são essencialmente as seguintes, i) Conselhos Locais; ii) Fóruns Locais; iii) Comitês Comunitários; e iv) Fundos Comunitários.

Estas formas de organização comunitária, são os mecanismos de eleição dos governos locais para a consulta comunitária. No entanto, os Conselhos Locais são a forma mais comum para a consulta as comunidades. É importante saber que os conselhos locais estão estabelecidos nos diferentes níveis do distrito, ou seja, a nível do distrito, posto administrativo, localidade e povoação.

Nesta secção pode-se igualmente compreender a importância da consulta comunitária. A clareza e consciência sobre a importância de participação na governação.

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS

3.1 Qual é a forma de designação dos Conselhos Consultivos?

Os Conselhos Consultivos obedecem uma estrutura vertical hierarquizada, que quer dizer que, a estrutura dos Conselhos Locais tem origem na base, povoação, e vai subindo até o nível distrital. As decisões tomadas pelos Conselhos Consultivos mais abaixo, dão indicação sobre as decisões a serem tomadas no nível imediatamente superior. Lembre-se que foi dito anteriormente que as consultas comunitárias são feitas ao nível do Distrito, do Posto Administrativo, da Localidade e da Povoação. Então, a designação dos Conselhos Consultivos segue a mesma estrutura e tomam a seguinte designação:

- Conselho Consultivo do Distrito;
- Conselho Consultivo do Posto Administrativo;
- Conselho Consultivo de Localidade;
- Conselho Consultivo de Povoação.

3.2 Quais são os princípios que orientam a criação dos conselhos consultivos?

O artigo 118 do Decreto nº 11/2005 define que a constituição dos Conselhos Consultivos deve se orientar com base em três princípios, que são os seguinte:

- a) Integram os conselhos consultivos, as autoridades comunitárias, os representantes dos grupos de interesse de natureza económica, social e cultural escolhidos pelo órgão local ou fórum de escalão inferior;
- b) O chefe de cada órgão local pode convidar pessoas influentes da sociedade civil para integrarem os conselhos consultivos, como uma forma de assegurar a representação dos diversos actores e sectores;
- c) A representação da mulher deve ser garantida numa proporção não inferior a 30%;
- d) Sempre que possível, pelo menos 40% dos membros dos CCs em cada um dos níveis, devem ser líderes comunitários;
- e) Deve ser garantida uma representação de jovens de pelo menos 20%.



Onde existir autarquia, a assembleia municipal deverá indicar 3 representantes para fazerem parte das sessões dos Conselhos Consultivos. Estes representantes participam das sessões mas sem direito de voto (Números 3 e 4, artigo 27 do Diploma Ministerial nº 67/2009).

3.3 Quais são as principais funções e tarefas dos Conselhos Consultivos?

O artigo 35 do Diploma Ministerial nº 67/2009 e o artigo 118 do Decreto nº 11/2005, definem um conjunto de funções e tarefas a serem exercidas e executadas, respectivamente, pelos Conselhos Consultivos.

3.3.1 Funções dos Conselhos Consultivos

Os conselhos consultivos exercem as suas funções em quatro domínios:

- a) *Domínio cívico*, que tem a ver com a educação cívica, convivência e justiça social;
- b) *Domínio Social*, que tem a ver com saúde pública, educação, cultura e solidariedade;
- c) *Domínio económico*, que tem a ver com a segurança alimentar, abertura e manutenção das vias de acesso e de valas de drenagem, abertura de poços de água, fomento da produção e comercialização pesqueira, agrícola e pecuária, bem como a indústria e outros negócios;
- d) *Domínio dos recursos naturais*, que tem a ver com aproveitamento da terra, recursos hídricos, florestas, fauna bravia e meio ambiente.

3.3.1 Tarefas dos Conselhos Consultivos

Nos domínios onde os conselhos consultivos devem actuar, eles têm como tarefas:

- Promover a mobilização e organização da participação da população na implementação das iniciativas do desenvolvimento local e apresentar respostas aos problemas colocados pelas comunidades;
- Recolher e transmitir às autoridades competentes as opiniões e preocupações das comunidades locais em relação aos problemas do desenvolvimento, combate contra a pobreza, a prestação de serviços públicos e a qualidade da governação;
- Colaborar com as autoridades locais na divulgação da informação relevante ao desenvolvimento;
- Participar no processo de preparação, implementação e controlo dos planos estratégicos provinciais e planos distritais de desenvolvimento,
- Apreciar e dar parecer sobre as propostas dos planos distritais e de desenvolvimento, incluindo os planos de ONGs;
- Propor ou apreciar propostas de criação do fundo distrital de segurança alimentar, de desenvolvimento e outros de interesse local;
- Participar na avaliação de propostas de investimento privado e de concessão de exploração de recursos naturais, do direito do uso e aproveitamento da terra;

- Promover a introdução e disseminação de experiências e tecnologias apropriadas para o aumento da produção e luta contra a pobreza;
- Aprovar a proposta de pedidos de concessão de financiamento aos projectos de iniciativa local;
- Procurar solução dos problemas da comunidade com base nos recursos locais bem como desenvolver acções para mitigar o impacto do conflito homem/fauna bravia;
- Promover a participação das comunidades na construção de infra-estruturas locais como escolas, centros de saúde, rádios comunitárias e outro tipo de obras, como forma de incentivar a formação do empresariado local.

3.4 Quantas vezes por ano se reúnem os Conselhos Consultivos?

Os Conselhos Consultivos (de Distrito, de Posto Administrativo, de Localidade e de Povoação) reúnem ordinariamente duas vezes por ano. Mas os Conselhos Consultivos podem também se reunir extraordinariamente (Números 1 e 2 do artigo 27 do Diploma Ministerial nº 67/2009).

Os Conselhos Consultivos podem reunir extraordinariamente nas seguintes situações:

- ✓ Quando for solicitado pelo Administrador Distrital;
- ✓ Quando for solicitado por pelo menos 1/3 dos seus membros;
- ✓ Por solicitação do governador provincial;
- ✓ Em decorrência de um evento importante de interesse nacional.



3.5 Em que meses do ano se reúnem os Conselhos Consultivos?

Os meses de realização das sessões dos CCs, estão previamente definidas no Artigo 28 do Diploma Ministerial nº 67/2009. Contudo, há algumas variações dependendo se o Conselho Consultivo é do Distrito, do Posto Administrativo, de Localidade ou de Povoação.

3.5.1 Sessões do Conselho Consultivo Distrital

As sessões do Conselho Consultivo Distrital são convocadas pelo Administrador Distrital, com pelo menos um mês de antecedência da data prevista para a sua realização.

A primeira sessão de cada ano deve decorrer até ao mês de Abril. Esta sessão serve para:

- ✓ Fazer apreciação do relatório da implementação dos planos do ano anterior;

- ✓ Aprovação do plano do ano corrente;
- ✓ Apreciação das propostas do plano para o ano seguinte.

A segunda sessão deve decorrer durante o 3º trimestre do ano, no mês de Setembro. Esta sessão serve para:

- ✓ Fazer o balanço dos planos de implementação;
- ✓ Actualização dos planos de implementação quando for necessário.

3.5.2 Sessões dos Conselhos Consultivos de Posto Administrativo, de Localidade e de Povoação

O período das sessões dos Conselhos Consultivos de Posto Administrativo, de Localidade e de Povoação deve ser fixado pelo respectivo governo distrital e devem anteceder cada uma do nível imediatamente superior.

Os dirigentes da administração local do Estado nos diferentes escalões (Posto Administrativo, Localidade e Povoação) devem propor as datas das respectivas sessões para a sua aprovação pelo administrador distrital.



As sessões dos Conselhos Consultivos são públicas. Contudo, a mesa do Conselho Consultivo pode impedir de participarem nas sessões, aquelas pessoas que perturbam o seu funcionamento.

3.6 Que estratégias de trabalho podem ser adoptadas pelos CCLs

Os Conselhos Consultivos Distrital, do Posto Administrativo, de Localidade e de Povoação podem, no cumprimento das suas atribuições criar comissões de trabalho ou responsabilizar individualmente os seus membros para a realização de tarefas específicas.

Para assegurar a assistência técnica e administrativa aos CLs, cabe a Secretaria Provincial, em coordenação com as secretarias Distritais, dos Postos administrativos, de Localidades e de Povoações, realizar as seguintes tarefas:

- Transmitir instruções metodológicas dos trabalhos dos CLs;
- Apoiar o trabalho dos membros dos CLs individualmente ou integrados nas comissões de trabalho;
- Promover a publicidade das actividades dos CLs através dos meios de comunicação social ou outros meios de divulgação disponíveis de acordo com a realidade local;
- Apoiar o funcionamento dos CLs durante e entre as suas sessões, bem como verificar a legalidade e cumprimento das suas deliberações;
- Assegurar a formação e capacitação dos membros dos CLs;
- Monitorar e avaliar o funcionamento dos CLs;
- Organizar as actas das sessões dos CLs.

3.7 Quem deve arcar com as despesas de funcionamento dos Conselhos Consultivos?

O governo distrital é que garante as despesas de funcionamento dos Conselhos Consultivos Locais, no que concerne à cobertura das despesas de participação nas sessões dos seus membros bem como relativamente ao transporte de e para o local de residência, alojamento e alimentação durante o decurso das sessões, devendo para o efeito inscrevê-las no seu orçamento de funcionamento (Artigo 24 do Diploma Ministerial nº 67/2009).

3.8 De que forma os Conselhos Consultivos devem prestar contas às comunidades?

Os Conselhos Consultivos a diversos níveis sob liderança da autoridade da administração local do respectivo escalão, devem realizar encontros regulares com as comunidades locais, para a prestação de contas sobre o grau de cumprimento dos planos de actividades e de outros projectos que tenham sido desenhados para serem desenvolvidos nesse escalão territorial (Artigo 33 do Diploma Ministerial nº 67/2009).

Nota sobre alguns aspectos importantes nesta secção do guião:

É importante ter conhecimento sobre as formas de funcionamento dos conselhos consultivos locais. O conhecimento sobre como funcionam os conselhos consultivos locais vai ajudar a visualizar as oportunidades de entrada e os momentos em que a sociedade civil e cidadãos podem melhor intervir para influenciar decisões a nível dos conselhos consultivos locais. O desconhecimento de como funcionam os conselhos consultivos significa que não se pode ter muita clareza sobre como se pode participar no processo decisório dos conselhos consultivos locais.

As funções dos conselhos consultivos estão descritas nesta secção e é também importante conhecer porque só desta forma é possível perceber quais os limites da actuação dos conselhos locais.

Um aspecto importante e que deve ser do conhecimento dos cidadãos e da sociedade civil é que a implementação de actividades pelo governo, e as consultas e decisões que os membros dos conselhos tomam representam interesses das comunidades e nessa base elas tem a obrigação de prestar contas as comunidades que elas representam, e o que nesta secção é discutido é como é que este processo de prestação de contas é feito, e os encontros regulares correspondem a uma forma a partir da qual ocorre este processo.

4. ESCOLHA DOS MEMBROS E CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS

4.1 Quem deve escolher os membros dos Conselhos Consultivos Locais?

Os membros dos CCLs são escolhidos pela comunidade local por um período de 4 anos findo o qual deverá ser feita a confirmação da sua legitimidade pela respectiva comunidade. E, para efeitos de registo, deve ser aberto um livro para o registo dos membros escolhidos e confirmados (nomes e números dos documentos de identificação dos membros escolhidos), para cada um dos Conselhos Locais.



O Administrador do Distrito, Chefe do Posto Administrativo, Chefe de Localidade e Chefe de Povoação podem propor personalidades influentes da sociedade civil para participarem nos respectivos Conselhos Locais como forma de assegurar a representatividades dos diversos sectores. Contudo, as personalidades escolhidas nestes termos não tem direito de voto.

4.2 Como é que são escolhidos os membros dos CCLs?

A forma como são escolhidos os membros dos CCLs varia em função dos seus níveis:

4.2.1 Escolha dos membros do Conselho Consultivo do Distrito

Um **grupo de interesse** é uma organização constituída por pessoas que compartilham pelo menos um interesse comum e que actuam em prol dos seus objectivos. O interesse pode ser económico, social, cultural, religioso, entre outros.

Uma determinada pessoa pode pertencer a diferentes grupos de interesses. Ao nível das comunidades, podem existir grupos de interesse como: de negociantes, associação de carpinteiros, grupos religiosos, entre outros.

Os membros do Conselho Consultivo deste nível são escolhidos de entre aqueles que representam os Conselhos Consultivos de Posto Administrativo, onde estão integrados os membros dos Comités Comunitários, autoridades comunitárias, grupos de interesse de natureza económica, social e cultural. Assim, entre 20 à 30 representantes do Conselho Consultivo Distrital devem ser escolhidos dentre os membros do Conselho Consultivo de Posto Administrativo.

Após a indicação dos membros do Conselho Consultivo do Distrito, estes são apresentados publicamente e sujeitos à apreciação da comunidade. Isso deve ser feito através de uma reunião popular, convocada pelo Administrador do respectivo Distrito e dirigida por um membro do Governo provincial.

4.2.2 Escolha dos membros do Conselho Consultivo do Posto Administrativo

Os membros do Conselho Consultivo deste nível são escolhidos de entre aqueles que representam os Conselhos Consultivos de Localidade, onde estão integrados os membros dos Comitês Comunitários, autoridades comunitárias, grupos de interesse de natureza económica, social e cultural. Assim, entre 12 à 24 representantes do Conselho Consultivo de Posto Administrativo devem ser escolhidos dentre os membros do Conselho Consultivo de Localidade.

O chefe do Posto Administrativo tem o dever de promover, apoiar e monitorar o processo de realização de reuniões separadas dos grupos referidos, para a escolha dos seus representantes de acordo com as regras e costumes locais.

Após a indicação dos membros do Conselho Consultivo de Posto Administrativo, estes devem ser apresentados publicamente e sujeitos à apreciação da comunidade. Isso deve ser feito através de uma reunião popular a ser convocada pelo Chefe do Posto e dirigida por um membro do Governo Distrital.

4.2.3 Escolha dos membros do Conselho Consultivo Localidade

Os membros do Conselho Consultivo de Localidade são escolhidos de entre aqueles que representam os Conselhos Consultivos de Povoação, onde estão integrados os membros dos Comitês Comunitários, autoridades comunitárias, grupos de interesse de natureza económica, social e cultural. Assim, entre 5 à 10 representantes do Conselho Consultivo de Localidade devem ser escolhidos dentre os membros do Conselho Consultivo de Povoação

O chefe da Localidade tem o dever de promover, apoiar e monitorar o processo de realização de reuniões separadas dos diferentes grupos para a escolha dos seus representantes de acordo com as regras e costumes locais.

Após a indicação dos membros do Conselho Consultivo de Localidade, estes devem ser apresentados publicamente e sujeitos à apreciação da comunidade. Isso deve ser feito através de uma reunião popular a ser convocada pelo Chefe da Localidade e dirigida pelo chefe do respectivo Posto Administrativo ou pelo seu mandatário.

4.2.4 Escolha dos membros do Conselho Consultivo de Povoação

Os membros do Conselho Consultivo de Povoação são escolhidos de entre os representantes dos Fóruns Locais, Comitês Comunitários, autoridades comunitárias e representantes de grupos de interesse de natureza económica, social e cultural.

O chefe de Povoação tem o dever de promover, apoiar e monitorar o processo de realização de reuniões separadas dos grupos referidos, para a escolha dos seus representantes de acordo com as regras e costumes locais.

Após a indicação dos membros do Conselho Consultivo de Povoação, estes devem ser apresentados publicamente e sujeitos à apreciação da comunidade. Isso deve ser feito através de uma reunião popular a ser convocada pelo Chefe de Povoação e dirigida pelo chefe da respectiva Localidade ou pelo seu mandatário.

4.3 Quantos membros deve ter um Conselho Consultivo?

Os Conselhos Consultivos devem ter a seguinte composição:

- a) O *Conselho Consultivo do Distrito* é composto por um número mínimo 30 e o máximo de 50 membros;
- b) O *Conselho Consultivo do Posto Administrativo* é composto por um número mínimo de 20 e um máximo de 40 membros;
- c) O *Conselho Consultivo de Localidade* é composto por um número mínimo de 10 e um máximo de 20 membros;
- d) O *Conselho Consultivo de Povoação* é composto por um número mínimo de 5 e um máximo de 10 membros.

4.4 Quais são os principais direitos e deveres dos membros dos CCLs?

Os artigos 38 e 39 do Diploma Ministerial nº 67/2009 atribuem um conjunto de direitos e deveres aos membros dos CCLs como são a seguir indicados

4.4.1 Direitos dos membros dos CCL's

- ✓ Os membros dos CCLs, trabalhadores/funcionários têm o direito de participar em todas as sessões sem o impedimento das entidades empregadoras;
- ✓ Os membros dos CCLs têm o direito de ser informados sobre as decisões tomadas a nível nacional, provincial, distrital e de posto administrativo no âmbito do desenvolvimento económico e social com impacto no território em que residem.

4.4.2 Deveres dos CCLs

Os membros dos CCLs tem o dever de:

- ✓ Prestar contas das suas actividades às comunidades;
- ✓ Participar com regularidade em todas as sessões bem como na realização de tarefas determinadas pelos respectivos conselhos;

- ✓ Manter o contacto permanente com a autoridade estatal do território onde residem;
- ✓ Promover junto das suas comunidades, os ideais de solidariedade, legalidade, unidade nacional e amor ao trabalho;
- ✓ Justificar a ausência de um membro do CCLs nas sessões, preferencialmente antes da realização da sessão; e
- ✓ Participar nas sessões (sendo líderes comunitários) em traje de serviço das autoridades comunitárias.

4.5 Em que circunstâncias os membros dos Conselhos Consultivos podem perder o mandato?

Dizer perda do mandato é o mesmo que dizer, revogação, ou anulação do mandato. Assim, mesmo antes do membro do CCL completar os quatro anos previstos, o seu mandato pode ser anulado nas seguintes circunstâncias:

- No caso de um membro do CCL perder a legitimidade e confiança da sua respectiva comunidade, o Conselho Local pode anular o seu mandato. A proposta de anulação é feita pela comunidade;
- A anulação do mandato pode ainda ter lugar por iniciativa do CCL, nos casos de morte, incapacidade física ou mental, ou ainda quando se constata que um membro falta constantemente às sessões ou em outras actividades programadas e devidamente comunicadas;
- O membro do CCL pode também renunciar, ou deixar o seu mandato, mediante a apresentação de motivos que justificam a sua decisão de abandono do mandato. De imediato, o Administrador do Distrito, o Chefe do Posto Administrativo, o Chefe da Localidade e o Chefe de Povoação devem ordenar o início de um processo de legitimação (reconhecimento) para indicar o seu substituto.

Nota sobre alguns aspectos importantes nesta secção do guião:

Nesta secção é importante saber as como são feitas as escolhas para constituição dos conselhos locais. Este conhecimento sobre como são constituídos os conselhos locais pode ajudar a definir oportunidade da sociedade civil de influenciar a eleição de actores relevantes com potencial para integrar a constituição dos conselhos locais. Por outro, o conhecimento das pessoas com poder de influencia na comunidade e que integram os conselhos locais é uma boa base para influenciar decisões a nível dos conselhos consultivos locais.

Os direitos e deveres dos membros dos conselhos consultivos locais, são descritos nesta secção. Os membros dos conselhos consultivos gozam do privilégio de participar nas sessões do governo, sem impedimento. E dado o facto de que eles representam interesses das comunidades, então elas têm a obrigação de prestar contas e constitui um dever dos membros dos conselhos consultivos locais.

5. O QUE A SOCIEDADE CIVIL E CIDADÃOS PODEM FAZER PARA FORTALECER OS CONSELHOS LOCAIS E MELHORAR SUA PARTICIPAÇÃO NA MONITORIA E ADVOCACIA

5.1. Apoio da Sociedade Civil e Cidadãos no Fortalecimento dos CLs

Os conselhos locais são muito importantes, porque eles representam grupos de pessoas que influenciam as decisões que os governos tomam e que podem mudar a vidas das comunidades. Assim, os membros dos conselhos locais, precisam de conhecer bem as suas comunidades, os problemas, as necessidades, e as formas sobre como se deve intervir para a melhoria da vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento e defesa dos interesses das comunidades.

Assim, a sociedade civil tem um papel a desempenhar, que passa por:

- Em coordenação com as autoridades locais, apoiar os CLs na sua organização por forma a que eles possam estar melhor estruturados para a realização das suas tarefas;
- Assistir os CLs através de acções de capacitação para reforçar o seu conhecimento e consciência em relação ao seu papel de representação, na defesa dos interesses das suas comunidades e dos seus distritos, postos administrativos, localidades e povoações;
- Prover informação aos membros dos CLs sobre questões de interesse comum das comunidades, e disseminar informação sobre leis directamente relacionadas com a vida das comunidades, bem como, a promoção do conhecimento sobre direitos e deveres que eles e os cidadãos em geral têm;
- Alertar e consciencializar os membros dos CLs sobre a importância, bem como, os desafios que determinadas iniciativas a nível das suas comunidades podem ter e/ou afectar as suas vidas, de forma a que os membros dos CLs possam estar melhor preparados para articular as suas decisões junto dos governos distritais;
- Promover valores de cidadania junto das comunidades, bem como, a sua consciencialização em relação ao papel dos membros dos CLs na defesa dos interesses das comunidades, junto dos governos e outras organizações que estejam a intervir na exploração de recursos locais; e
- Apoiar os CLs nos processos de identificação de opções de desenvolvimento local e no quadro da planificação local.

5.2. Participação da Sociedade Civil e dos Cidadãos na Monitoria e Advocacia através dos CLs

A sociedade civil pode participar de maneira valiosa na monitoria e advocacia junto dos CLs nos seguintes termos:

- Ter informação e conhecimento sobre os Planos Económicos e Sociais e Orçamentos, bem como dos projectos a serem implementados numa

comunidade, de modo a que as acções de monitoria se baseiem em questões previamente estabelecidas e aprovadas;

- Desenvolver planos de actividades de monitoria conjuntamente com os membros dos CLs e coordenados com os sectores e que deverão ser a base das acções de monitoria;
- Criar comissões de trabalho que integram membros dos CLs para a realização das actividades de monitoria;
- Produzir relatórios de monitoria com evidências que devem ser partilhados com os sectores responsáveis para efeitos de avaliação e validação conjunta das informações dos relatórios;
- Organizar uma comissão para advocacia de mudanças junto de sectores e/ou governo nos casos em que há necessidade de que tal possa ter lugar, integrando membros da sociedade civil e dos CLs.